



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638763 - SE (2021/0002393-4)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : JULIANA DE OLIVEIRA LEITE  
**ADVOGADO** : JULIANA DE OLIVEIRA LEITE - SP367706  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
**PACIENTE** : JEFERSON AQUINO DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : JOSE EDSON SANTOS DE JESUS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFERSON AQUINO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (HC n. 201900331311).

Foi decretada a prisão preventiva do paciente pela suposta prática dos crimes descritos no art. 157, § 2º, incisos I, II, IV e V, c/c o art. 288, do CP.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

O impetrante sustenta que, ante a ausência de elementos de autoria em desfavor do paciente, a ação penal intentada em seu desfavor deveria ser trancada.

Assevera que o decreto preventivo não demonstraria a existência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que a custódia decretada poderia ser substituída por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, o trancamento da ação penal em desfavor do paciente, ou a expedição de alvará de soltura em seu favor, com ou sem a substituição por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, considerando que os elementos explicitados para manter o curso da ação penal em desfavor do paciente mostram-se concretos (fls. 29-35).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente